

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS

GABRIELA MATTOS CARDOSO

ASSIMETRIA, NÃO-REVERSIBILIDADE, CONTROLE DOS SENTIDOS:  
PROPRIEDADES DE UM DISCURSO AUTORITÁRIO

Porto Alegre  
2009

GABRIELA MATTOS CARDOSO

ASSIMETRIA, NÃO-REVERSIBILIDADE, CONTROLE DOS SENTIDOS:  
PROPRIEDADES DE UM DISCURSO AUTORITÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial  
para a obtenção do título de  
Licenciado em Letras, pelo Curso de  
Letras da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Freda Indursky

Porto Alegre  
2009

## DEDICATÓRIA

Ao Marlon, aos meus pais e aos meus amigos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço muito à Professora Freda Indursky e aos excelentes professores do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir de que forma a tipologia de discurso (ORLANDI, 1983) - lúdico, polêmico e autoritário - se mostra no discurso do Governo do Estado para/sobre a escola. Para isso, analisamos uma entrevista da então Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, para verificar se ocorre reversibilidade entre entrevistador e entrevistado bem como examinar as relações que são estabelecidas na interação entre estes sujeitos e a tentativa deles de controlar a polissemia do discurso. Observamos que o discurso analisado evoca autoridades, leis e especialistas para se legitimar e que esse discurso coloca ênfase, importância nos resultados a serem obtidos, ocultando o processo percorrido para tanto. A análise buscou mostrar o jogo, a tensão entre polissemia e paráfrase presentes no discurso da Secretária e de que forma o sujeito tenta dominar/controlar os sentidos. Concluímos que este é um discurso monofônico que tem seus sentidos controlados por um sujeito que não está presente na cena enunciativa, o Governo. Esse Governo funciona como um ventríloquo, que fala através do locutor do discurso, a Secretária de Educação. O interlocutor é a entrevistadora, transformada pelo sujeito desse discurso em mediadora de um destinatário. Já os destinatários do discurso, que também não estão presentes na cena enunciativa, ora são os professores, e o Governo vai ameaçar e cobrar resultados, ora é a sociedade, e o Governo vai fazer promessas e mostrar o que vem sendo feito.

**Palavras-chave:** Discurso autoritário. Monofonia. Assimetria. Não-reversibilidade.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<b>PRIMEIRO CAPÍTULO</b>	
<b>O DISCURSO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: PECULIARIDADES</b>	
1. A TIPOLOGIA DOS DISCURSOS	10
2. O DISCURSO AUTORITÁRIO	12
2.1 A legitimação do discurso	17
2.1.1 Deslizando sentidos: de qual lei estamos falando?	20
2.2 O discurso com ênfase no produto	23
2.2.1 Deslizando sentidos: qual é a imagem do professor?	25
<b>SEGUNDO CAPÍTULO</b>	
<b>ENTREVISTADORA VS. ENTREVISTADA: A REVERSIBILIDADE ENTRE INTERLOCUTORES</b>	
1. A INCOMPLETUDE	29
2. A REVERSIBILIDADE	30
3. A ASSIMETRIA NAS ENTREVISTAS	31
3.1. Um olhar para a entrevista	33
3.1.1. Tema	34
3.1.2. Tipo de pergunta	37
3.1.3. Formas de tratamento	40
<b>CONCLUSÃO</b>	44
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	46

## INTRODUÇÃO

A reflexão sobre as Políticas Educacionais dos governos tem ocupado um lugar importante nas discussões de jornais, de revistas, de programas de televisão, e é claro, nas discussões feitas nas universidades. A sociedade se pergunta como podemos transformar o ensino, conseguir alunos mais interessados e participativos, melhorar as condições precárias das escolas, estimular professores à renovação.

No Rio Grande do Sul não é diferente. Atualmente, nossos olhos estão voltados para o trabalho de Yeda Crusius, governadora do Estado do Rio Grande do Sul desde 2007. A governadora tem uma das gestões mais impopulares de todos os tempos e muito disso se deve à Política de Educação de seu governo. A ex-Secretária de Educação, Mariza Abreu, colaborou fortemente com o governo e está muito ligada às propostas de mudanças no plano de carreira dos professores da rede pública do Estado e aos novos métodos de alfabetização a serem utilizados. Além disso, Mariza Abreu defende uma opinião sobre as greves e o piso salarial que é totalmente rechaçada pelos professores do Estado do Rio Grande do Sul. Tudo isso mobiliza a opinião pública e gera uma série de discussões entre Estado e Escola.

Mas serão mesmo discussões? “Discussão” pressupõe polêmica, pressupõe debate onde os participantes confrontarão suas idéias.

Propomo-nos, portanto, a examinar o discurso do Governo do Estado do Rio Grande do Sul sobre educação. E queremos realizar esta pesquisa à luz de uma teoria que não se contente em analisar as relações sintáticas e/ou estruturais da língua, mas que tenha base para discutir os processos sócio-históricos de produção de sentidos. Temos, então, o motivo pelo qual optamos por realizar este trabalho na perspectiva da Análise do Discurso.

A partir disso, nosso ponto de partida foi a tipologia dos discursos - *lúdico, polêmico e autoritário* - proposta em 1983 por Eni P. Orlandi.

Orlandi explica que na interação entre os sujeitos podem existir diferentes formas de reversibilidade, diferentes tentativas de controle do objeto do discurso e ainda formas variadas de tratamento desse interlocutor. Os três tipos de discurso não são estanques, mas determinam uma predominância. Ou seja, não há um

discurso puro, existem discursos que se encaminham para este ou aquele tipo.

Partindo dessa tipologia, analisamos uma entrevista da então Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Mariza Abreu, realizada em abril de 2009 para a Revista *Adverso* (nº165)<sup>1</sup>. Observamos de que forma ocorre a reversibilidade entre entrevistador e entrevistado, investigando suas relações de interlocução.

A polissemia de um discurso está ligada aos deslocamentos dos sentidos. Ou seja, é o lugar para o equívoco, para os deslizos da língua, para a ruptura. Os sujeitos procuram controlar a pluralidade dos sentidos, tentando dar a direção dos sentidos do seu dizer, mas o controle é impossível, pois o real da língua é a falha. Conforme nos diz Leandro Ferreira (2001, p.19-20),

*torna-se fundamental a noção de língua afetada pelo Real, pois isso vai permitir operar com um conceito de língua que reconheça o equívoco como fato estrutural constitutivo e implicado pela ordem do simbólico (Pêcheux, 1988).*

Na polissemia existe a quebra do retorno à paráfrase, ao sentido que se mantém. É nesse embate entre polissemia e paráfrase que se situam os discursos, formados por sujeitos e sentidos tensionados entre o mesmo e o diferente.

No primeiro capítulo, trabalhamos com as tipologias e, mais precisamente, com o discurso autoritário. Analisamos a entrevista concedida à Revista *Adverso* e encontramos no discurso de Mariza Abreu marcas que ora encaminham para a legitimação através das leis e ora destacam metas e pontos de chegada, ocultando as maneiras de alcançar tais objetivos. Trabalhamos nesse capítulo com um caso específico e investigamos, na entrevista, a interpretação que Mariza Abreu faz da lei 8112/90, do Estatuto do Servidor Público. Além disso, buscamos compreender a imagem do professor construída por esse sujeito.

Em nosso segundo capítulo, mostramos a reversibilidade no processo discursivo de interlocução. Os interlocutores abrem espaço uns para os outros? Como eles aparecem no discurso? Para responder a essas perguntas, trabalhamos com a noção de incompletude e com os traços particulares de trocas entre

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma publicação da Associação dos Docentes da UFRGS.



interlocutores em uma entrevista.

O que buscamos, ao longo de nossa análise, foi mostrar a tensão, o jogo entre a polissemia e a paráfrase presentes no discurso da ex-Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e de quais formas o sujeito tenta dominar/controlar os sentidos.

## PRIMEIRO CAPÍTULO

### O DISCURSO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: PECULIARIDADES

#### 1. A tipologia dos discursos

A tipologia dos discursos proposta por Eni P. Orlandi (1983) se pretende diferente por não seguir critérios presos a noção de instituição, onde se inscreveriam discursos como o religioso ou o jurídico. Também não segue critérios cuja ênfase está nas diferenças entre domínios de conhecimentos, como o discurso científico, nem distinções de tipos por características formais, estruturais. A proposta da autora é de tipos com características intrínsecas, onde os elementos são constitutivos, estão pressupostos. Segundo a autora, somente considerando critérios inerentes ao discurso e considerando a dimensão histórica e o fundamento social pode-se chegar às características reais da interação.

É importante esclarecer que os tipos são o resultado do funcionamento discursivo e que esse funcionamento se refere às posições imaginárias dos sujeitos nos discursos, e não a indivíduos, não a uma situação empírica de interlocução. Dito de outra forma (ORLANDI 2006, p. 153),

*um tipo de discurso resulta do funcionamento discursivo, sendo este último definido como a atividade estruturante de um discurso determinado, para um interlocutor determinado, por um falante determinado, com finalidades específicas. Observando-se, sempre, que esse “determinado” não se refere nem ao número, nem à presença física, ou à situação objetiva dos interlocutores como pode ser descrita pela sociologia. Trata-se de formações imaginárias, de representações, ou seja, da posição dos sujeitos no discurso.*

Ainda segundo a autora, os tipos estão cristalizados, mas não são modelos estáticos, pois eles acontecem a cada interlocução, nos momentos de interação entre os sujeitos. À medida que são usados, os tipos são sedimentados, tornam-se sólidos e começam a ganhar legitimidade. Eles se institucionalizam historicamente e começam a fazer parte das condições de produção, voltando à interlocução. Ou seja, é o produto que volta ao processo, num retorno cíclico e contínuo.

Para que os tipos de discurso sejam investigados, o analista deve atentar para

aspectos da interação entre os interlocutores. Essa interação, claro, não é simétrica, pois de diferentes formas os sujeitos tentam se impor nos seus discursos. Em primeiro lugar, verificar se esses sujeitos dão atenção às colocações de seu interlocutor. Ou seja, o tipo de relação desse sujeito com o outro mostra em quais momentos o outro é considerado, se é considerado. Em segundo lugar, é importante observar a troca de papéis entre os interlocutores do discurso. Ou seja, esclarecer qual o grau de reversibilidade que os sujeitos permitem. Por último, observamos o apagamento do objeto do discurso do interlocutor. Os interlocutores tentam dominar o referente do discurso? É necessário que o analista estude a exposição desses sujeitos ao objeto - se ele está sendo disputado pelos sujeitos -, ou se está oculto pela relação de linguagem que se estabelece.

Passamos, então, para a explicação dos tipos de discurso. Começamos pelo **discurso lúdico**, onde a reversibilidade entre os interlocutores é total e o objeto está presente como tal, como ele é realmente. Aqui a polissemia está aberta, estando todos os sujeitos expostos inteiramente, sem tensão e disputa por sentidos. No **discurso polêmico**, temos a reversibilidade controlada por determinadas condições do discurso e o referente, o objeto é disputado pelos participantes desse discurso. Por esse referente ser concorrido, existe uma tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos, polissemia essa controlada por interlocutores que a todo instante tentam direcioná-la. Por fim, o **discurso autoritário**, que apresenta uma reversibilidade inclinada a zero, pois há um sujeito exclusivo do discurso que tenta controlar os sentidos. O objeto do discurso está oculto, apagado pelo locutor, que contém a polissemia, impondo um sentido.

Vale agora reforçar que as denominações *lúdico*, *polêmico*, *autoritário* não se referem aos sujeitos da interlocução, mas à relação sócio-histórica, determinada pela ideologia, pelo inconsciente e pelas condições de produção. Como já havíamos dito anteriormente, a tipologia está relacionada ao funcionamento discursivo, e não a julgamentos de valor dos sujeitos.

Não existe um discurso que contemple apenas um dos tipos. O que podemos dizer é que os discursos são misturas, que eles seguem uma tendência e não são em sua essência de um ou outro tipo. Esses tipos são adaptáveis, flexíveis, elásticos e só podemos dizer que um discurso tende para o autoritário ou tem funcionamento predominantemente lúdico, por exemplo. Segundo Orlandi (2007 p. 87),

*um modo de se evitarem essas categorizações é dizer, em relação aos modos de funcionamento discursivo que apontei acima, que o discurso em análise tende para paráfrase, ou para a monossemia (quando autoritário), tende para a polissemia (quando lúdico) e se divide entre polissemia e paráfrase (quando polêmico).*

## **2. O discurso autoritário**

Tendo visto como funcionam os tipos de discurso, fixaremos nossa atenção em um deles. Para entendermos o discurso autoritário, devemos pensar nos elementos que caracterizam esse tipo. Para tanto, conforme apontamos na introdução deste trabalho, examinaremos a reversibilidade entre entrevistador e entrevistado, a interação entre os interlocutores do discurso e as características do objeto discursivo. Começaremos pelo que diz respeito ao objeto. Conforme nos diz Orlandi (2006), a relação dos interlocutores com o objeto do discurso é que vai permitir ou não que haja um maior ou um menor grau de polissemia. Então, cabem as perguntas: é um objeto aparente ou oculto? Dominado por alguém? De quais formas ele é dominado?

Antes de respondermos às perguntas, devemos pensar que um discurso não pode ser classificado a priori ou investigado a partir do que está no exterior. Ele também não pode ser analisado de forma isolada: primeiro as condições que envolvem o interior e depois as que dizem respeito ao exterior, por exemplo. Na Análise do Discurso, o interior faz parte do exterior e vice-versa. Sendo assim, podemos pensar que as condições de produção, noção importante para a classificação de um discurso, podem remeter à enunciação, portanto tanto às relações internas, quanto ao discurso e também ao contexto sócio-histórico, portanto externo.

E como funciona um discurso institucional, um discurso de poder? Segundo Orlandi (2006, p.37), um discurso institucional reflete as relações institucionais das quais faz parte. Ou seja, se essas relações são autoritárias, o discurso também será autoritário. Mas, como diz a autora, existe um espaço de onde é possível escapar à polêmica, à crítica, pois essas relações institucionais não são mecânicas. Com isso evitaremos definições pré-estabelecidas, pois nem todo discurso de Estado deve ser

considerado necessariamente um discurso autoritário.

No recorte feito a partir da entrevista com a Secretária de Educação do Rio Grande do Sul, observamos que o referente não aparece desenvolvido, esclarecido, aberto. O objeto do discurso da Secretária de Educação é reflexo do que o Governo pensa sobre as políticas para a educação pública. Ou seja, é a imagem de um referente. Não encontramos os projetos (a não ser um resumo na introdução da reportagem, creditado à repórter), mas o que o Governo pretende com os projetos. Assim, o leitor não tem acesso às formas de realização, mas aos resultados a serem obtidos. É como se estivéssemos fazendo uma conta de matemática, mas não entendêssemos o processo dessa conta, tendo assim um resultado sem desenvolvimento, como se nosso professor mostrasse *onde* chegaríamos, sem que compreendêssemos *como* chegaríamos. Esse objeto ocultado pelo dizer do sujeito reafirma a característica de discurso autoritário da Secretária, pois o interlocutor deve entender o que o agente desse discurso determina. Existe, então, um agente exclusivo do discurso que procura apagar sua relação com o interlocutor e dessa forma acaba por conter a polissemia.

Percebemos, então, nesse constante cercamento do objeto, uma imposição à paráfrase, que encaminha para o que já foi dito, para a repetição, para a contenção. Essa é uma tentativa do sujeito de fazer com que o discurso não tenha seus sentidos múltiplos, polissêmicos pois o agente procura impedir que o interlocutor se aproxime do referente. Mesmo quando há uma tentativa de disputa por um sentido, a Secretária impõe um sentido, seu sentido, que deve ser tomado como o sentido, como o único sentido e, por conseguinte, verdadeiro, o que todos devem entender. Observemos o recorte abaixo:

*Com relação à recuperação de dias parados, há algo que a sociedade precisa entender. Pela lei vigente no Estado, os professores da rede pública têm direito a um período de férias de 45 a 60 dias. E quem define é a administração pública, considerando o calendário escolar e diferentes atividades. Então se a greve for de tal tamanho que a recuperação das aulas não implicar menos de 45 dias de férias, eles não têm direito ao recebimento destes dias. (...) Portanto, está mais do que legitimado o corte de ponto. E se outras greves acontecerem no serviço público do Estado, o ponto será cortado.*

Temos aqui um sujeito que determina ao interlocutor o que deve ser entendido,

que indica - como se isso fosse possível - o sentido a ser interpretado. Essa é uma forma de tentar evitar que outros sentidos sejam acionados pelo interlocutor. É uma maneira de conter o sentido, uma forma de discurso com tendência para a paráfrase. Esse discurso, por apresentar tais características, apresenta-se, desde o início, como um discurso autoritário, que não abre espaço para outros sentidos diferentes dos seus. No final do recorte, temos a confirmação dessa tendência, pois *“a sociedade precisa entender”* que o corte salarial está previsto na lei: já que se *“não se trabalha e não se recebe”*. Então, o Governo está autorizado pela lei a cortar o salário de quem não trabalha e há também a ameaça a outros grevistas do serviço público do Estado.

Em Orlandi (1978), há uma análise do discurso pedagógico entendido como um discurso autoritário. A autora trabalha com as formações imaginárias (Pêcheux, 1969) para constituir o percurso da comunicação pedagógica, cujo esquema pode ser delineado como segue:

#### **Quem - Ensina - O Quê - Para Quem - Onde**

“Quem” representa a imagem do professor (A), “Ensina” está no sentido de inculca, “O Quê” representa a imagem do referente (R). “Para quem” simboliza a imagem do aluno (B) e “Onde” é a Escola, aparelho ideológico (X). A autora explica que a estratégia do discurso pedagógico deveria ser a pergunta pelo referente, o objeto do discurso, que aparece como algo que se deve saber. Mas, como diz a autora, enquanto discurso autoritário, o discurso pedagógico aparece como um discurso do poder e cria a noção de erro, sentimento de culpa. A estratégia é o esmagamento do aluno pela voz segura e auto-suficiente do professor.

As formações imaginárias aparecem no processo discursivo através da antecipação ou das relações de força e de sentido. A antecipação é a capacidade do sujeito de colocar-se no lugar do seu interlocutor e prever os sentidos que suas palavras produzirão. É uma maneira de preparar a argumentação, que será diferente para um interlocutor parceiro ou um adversário na interlocução. As relações de força estão ligadas ao lugar de onde fala o sujeito. São relações de poder, de hierarquia que determinam a fala do sujeito, já que *“o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”* (ORLANDI, 2007 p.39). Assim, padre e fiéis, mãe e filho, chefe e empregado ocupam lugares que marcam seu dizer. Por último, as relações

de sentido que significam a relação obrigatória dos discursos. A partir dessas relações de sentido, podemos pensar que não há discurso isolado, pois ele está sempre ligado a outros, numa relação de sustentação mútua. O discurso também mantém relações que estão além dele por, além de projetar discursos outros, apontar para “*dizeres futuros*”. Ainda segundo Orlandi (2007, p.39), “*Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo*”. A partir dos mecanismos de funcionamento do discurso, teremos um jogo de imagens: “*dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados*” (LEANDRO-FERREIRA: 2001, p.16). É importante pensar que quem vai funcionar no discurso não é o indivíduo, empírico, mas o sujeito, formado a partir das imagens que resultam das projeções.

Partimos do trabalho de Orlandi e estabelecemos um esquema a partir das formações imaginárias. Organizamos nossa representação num sentido mais estrito do que Orlandi: construímos o percurso da comunicação sobre a educação num vetor que vai do Estado para a Sociedade, mas não pretendendo a exaustividade sobre o discurso do Estado para Escola. Interessa o que a Secretária diz *na* entrevista analisada. Em outras palavras, nosso objetivo é esclarecer as formas como a Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul explica, expõe as políticas educacionais do Governo na entrevista à revista *Adverso*:

**Quem** → imagem do Governo (A)

**Explica** (expõe, informa)

**O Quê** → imagem do referente, entendido como as políticas educacionais (R)

**Para Quem** → imagem da sociedade (B)

**Onde** → Estado, aparelho ideológico (X)

Analisamos as variáveis (A, R, B, X) pensando no objetivo que se pretende com a entrevista: explicar, informar, expor. Seguindo ainda o esquema de Orlandi, temos o que seria a imagem determinante do discurso da Secretária de Educação:

**IB(R)**: Imagem que B (a sociedade) faz de R (políticas educacionais).

Ou seja, o que move a Secretária Mariza Abreu é o que pode a sociedade pensar e de que forma ela pode interferir nesse imaginário. Notamos que, segundo o esquema e nossas análises, a estratégia da Secretária é utilizar questões de senso

comum, ou seja, informações pré-concebidas que a sociedade já tenha sobre a educação pública estadual e sobre os professores da rede pública para justificar as resoluções atuais do Estado. Podemos pensar também em outros dois esquemas:

**IB(IA(R)):** Imagem que B (a sociedade) faz da Imagem que A (o Governo) faz de R (políticas educacionais).

E ainda,

**IA(A):** Imagem que A (o Governo) tem de si mesmo.

Esse último esquema representa “a forma mais autoritária, da hipertrofia da autoridade” (ORLANDI 2006, p.17). E é possível constatar isto através do recorte abaixo, onde o governo se apresenta como quem faz um acordo, um pacto. É a tentativa de simular um ajuste entre partes iguais. O Estado tenta passar a imagem de si mesmo como um Governo conciliador:

*A Secretaria de Educação não impõe métodos de alfabetização, ela pactua com as escolas um ponto de chegada.*

Devemos pensar ainda que, entre a imagem ideal da sociedade e a imagem ideal do Governo “há uma distância fartamente preenchida pela ideologia” (ORLANDI 2006, p.22). Conforme a autora,

*A distância entre a imagem ideal e o real é preenchida por presunções, mediação essa que não é feita no vazio, mas dentro de uma ordem social dada com seus respectivos valores. As mediações se sucedem em mediações provocando um deslocamento tal que se perdem de vista os elementos reais do processo.*

O que todos esses esquemas nos mostram é um discurso inclinado para o autoritarismo. Temos uma tentativa de efeito de verdade, com uma voz firme e estável que se reforça na lei para justificar-se e autorizar-se. Percebemos que, num plano superficial, em um primeiro nível, o objeto do discurso da Secretária é a transmissão de informações sobre os assuntos referentes à Educação no Estado do Rio Grande do Sul. Mas em um nível mais profundo, a estratégia é manter o poder, sustentar as decisões (que poderiam ser consideradas controversas) do Governo frente à sociedade. Com isso ela reforça a imagem de um Governo que investe em



educação, faz planos e projetos que possibilitam a liberdade das escolas e dos alunos. Do outro lado, ainda segundo o Governo, encontram-se professores não preparados, descompromissados, considerados descumpridores da lei quando fazem greve.

Dividimos, para efeitos de análise, nosso recorte maior, referente ao discurso autoritário, em dois blocos menores: a *legitimação do discurso* e o *discurso com ênfase no produto*.

## 2.1 A legitimação do discurso

Esse sujeito apresenta um discurso bem fundamentado no legítimo, no autêntico. A Secretária apela para especialistas, autoridades e, principalmente para leis. Essa é uma forma de afirmar um discurso autoritário sem reversibilidade onde todas as instituições estão ao lado do governo, menos os professores.

1) *Já há alguns anos educadores de vários países desenvolvidos vêm desmitificando essa idéia, propagada por educadores ligados ao Construtivismo, de que o método fônico pertence à direita.*

2) *Estamos trabalhando com a maior especialista em avaliação externa de aprendizagem, no Rio de Janeiro. Nos dois primeiros anos do ensino fundamental a criança aprende leitura, escrita e matemática. Definido o ponto de chegada, as crianças têm que, no final do primeiro ano, atingir o estágio mínimo de aprendizagem e, no final do segundo, estarem alfabetizadas.*

3) *A própria Constituição diz que ele (piso) deveria ser regulamentado por lei específica, mas não foi até hoje. O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que, na ausência de regulamentação, deve ser aplicada a mesma lei que rege as greves na iniciativa privada. Neste caso, a lei determina que, rompido o contrato de trabalho pela greve, não se trabalha e não se recebe.*

4) *Na verdade, nem precisava do decreto da governadora Yeda (para cortar o ponto), bastava cumprir o Estatuto do Servidor Público, onde está dito que quem não comparece ao serviço e não cumpre as funções de seu cargo, não pode assinar ponto e nem receber salário.*

5) *A Assembléia Legislativa manteve o veto, o Cpers entrou com recurso e perdeu por unanimidade no Tribunal de Justiça. Portanto, está mais que legitimado o corte de ponto. E se outras greves acontecerem no serviço público do Estado, o ponto será cortado.*

6) *Existe no País uma lei que determina que a alfabetização deve acontecer nas séries iniciais e um compromisso da escola pública com a cidadania brasileira.*

7) *O governo Collares (Alceu Collares) cortou 19 dias dos professores e eles nunca receberam esses dias.*

8) *O governo Lula já fez isso com várias categorias de servidores federais e em vários estados, governos de diferentes partidos já fizeram o mesmo em greve de professores.*

Conforme observamos nas seqüências discursivas que constituem esse recorte, algumas autoridades chamadas por Mariza Abreu não são nem nomeadas. É o caso das seqüências discursivas 1 e 2. Além disso, o que podemos ver é uma série de referências jurídico-legais: Constituição, Supremo Tribunal Federal (STF), Estatuto do Servidor Público, Assembléia Legislativa. Todas essas entidades estão no discurso da Secretária como uma forma de mostrar que o Governo está ao lado da lei e que tudo que acontece tem um suporte legítimo.

Esses poderes funcionam com regras categóricas de autoridade soberana. Há, a partir delas, uma imposição aos indivíduos, pois todos estão submetidos às leis sob pena de sanções. Nas seqüências discursivas 3 e 6, a referência é a lei, pura e simples, sem necessidade de órgãos e instituições. Essa invocação à lei, um poder que rege a todos, é muito forte, um recurso utilizado por um discurso autoritário velado, escondido por trás de um poder maior que ele.

Ora, sabemos que não existe uma verdade absoluta nessas leis. É assim que vivem os advogados e juízes a encontrar brechas e formas diferentes de interpretar o que está escrito. O Governo se exime da culpa por estar amparado na lei. Mas qual lei? Pra que(m) serve a lei?

Queremos também atentar para mais um detalhe interessante. Ao defender as políticas de corte de salário nas greves, Mariza Abreu nomeia dois governos distintos nas seqüências discursivas 7 (Governo Collares) e 8 (Governo Lula). Esse é um caso interessante, pois o Governo Lula é considerado de esquerda, portanto de tendência contrária ao governo Yeda Crusius, do PSDB. Mesmo assim, o Governo do PT aparece no discurso de Mariza Abreu, funcionando como um recurso retórico. Há algo mais convincente do que a oposição também “concordar” com a

medida de corte salarial?

Todas estas seqüências discursivas sobre a legitimação do discurso através de leis, autoridades e órgãos públicos mostram a tentativa da Secretária de produzir um *efeito de verdade*. Essa busca por uma “verdade” pode ser comparada ao que Pêcheux (2006) chama de “*laços de dependência face às múltiplas coisas-a-saber*”. O autor explica que à medida que os pesquisadores vão acumulando conhecimento e “encontrando” o real das suas ciências (e esses pesquisadores acabam como “*detentores do saber, especialistas e responsáveis de diversas ordens*” p.31), há uma proibição de interpretação, visto que os sujeitos aceitam o que está normatizado, preferem o que já está categorizado, estável, lógico. A verdade é o real encontrado, aquilo que não pode ser discutido por já estar estabelecido. O Estado acaba representando, conforme nos diz Pêcheux, um pólo privilegiado de respostas, atendendo assim à necessidade dos sujeitos por um universo logicamente-estabilizado.

Portanto, Mariza Abreu representa um Estado que se marca pelo apelo à lei para justificar e autorizar as decisões frente à sociedade. Os sujeitos dessa sociedade não estão aqui de modo pacífico, mas aceitam esse laço de dependência criado pelo Estado como uma forma de permitir que haja uma “verdade”.

### **2.1.1 Deslizando sentidos: de qual lei estamos falando?**

A lei é normalmente definida como uma regra jurídica que proíbe, permite ou obriga as pessoas a determinadas atitudes. Lagazzi (1988), citando Miaille, explica que essa definição esconde as verdadeiras relações jurídicas. Em primeiro lugar, existe a crença de que tudo depende de vontade e de decisão: “*somos levados a enxergar no homem a fonte do direito*” (idem, p.41). A consequência disso é a naturalidade com que aceitamos esse sistema de regras. Além disso, os sujeitos são levados a acreditar que as normas são uma necessidade lógica para a organização das sociedades, quando na verdade “*essas relações já se encontram organizadas em um outro lugar*” (idem, p.41). Segundo a autora, essa organização prévia está no *modo de produção*.

Ainda segundo Lagazzi (1988, p.41),

*A especificidade do Direito atual está na “abstração” e na “generalidade” através das quais “a expressão das relações sociais se realiza”. A lei está calcada na indeterminação e por isso ela adquire a generalidade necessária para se aplicar a todo e qualquer cidadão. Teoricamente, “a lei deve mostrar-se como estando acima dos interesses pessoais ou de grupos (Orlandi, 1986a), pronta para ser aplicada a todo e qualquer infrator.*

A autora explica que é pela indeterminação que a lógica mecaniza a lei, “descontextualizando sua aplicação” (idem, p.42). Há o apagamento do histórico e do social, em detrimento do jurídico, para que a ordem seja mantida e a lei colocada como igual para todos. E, pensando na lei não mais como o lugar da verdade, mas como o lugar da indeterminação, poderemos problematizar uma das afirmações da Secretária de Educação.

Analisaremos a resposta que Mariza Abreu deu para a pergunta sobre a desafinação entre o discurso de valorização da educação *sustentado* pelo Estado e o corte de ponto dos professores *praticado* pelo Estado. A Secretária termina a resposta com uma frase de efeito, que se vale do senso comum, fazendo um julgamento, ao pretender parafrasear um texto legal:

*Na verdade, nem precisava do decreto da governadora Yeda (para cortar o ponto), bastava cumprir o Estatuto do Servidor Público, onde está dito que quem não comparece ao serviço e não cumpre as funções de seu cargo, não pode assinar ponto e nem receber salário.*

O trecho sublinhado faz parte do imaginário comum: quem faz greve não quer trabalhar e, conseqüentemente, não pode receber salário. A referência que a Secretária faz ao Estatuto do Servidor Público é importante para pensarmos sobre a porosidade dos sentidos das palavras. A lei 8112/90 do Estatuto diz:

**Art. 44.** O servidor perderá:

*I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado; (Redação dada pela L-009.527-1997)*

*II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o art. 97, e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata. (Redação dada pela L-009.527-1997)*

**Parágrafo único.** *As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício. (Incluído pela L-009.527-1997)*

**Art. 45.** *Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.*

**Parágrafo único.** *Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.*

Segundo o advogado e professor Carlos Augusto Jorge, devemos pensar que “faltar ao serviço”, “atrasos”, “saídas antecipadas” dizem respeito à assiduidade do trabalhador em seu local de serviço. Se o trabalhador não comparece ele estará descumprindo o Estatuto e a lei permitirá a punição. Mas, no caso de greve, há uma interpretação diferente:

*Não se pode falar em greve ou paralisação dos serviços públicos pela ausência do servidor do seu local de trabalho, pois aí não se teria a greve, mas a falta ao trabalho, este punido como já mencionado.*

*A Lei 8112/90, em seu art. 116, referente aos deveres do servidor público, e o art. 117, que trata das proibições, não impõe nenhuma sanção, de forma direta e sem o devido processo legal, que puna o servidor que participar de movimento de paralisação de atividades funcionais em busca de direitos legítimos e melhores condições de trabalho.*

*O inciso I do Art. 45 é cristalino na sua concepção de que a remuneração será suspensa quando se faltar ao serviço sem motivo justificado. Havendo justificativa para a falta, esta haverá de ser relevada ou compensada.*

*Caso o servidor em greve, por ordem de sua entidade sindical ou comando de greve, tenha que se ausentar do seu local de trabalho, deslocando-se para um outro ponto, objetivando uma melhor pressão política com o intuito de pressionar o Administrador Público a uma solução mais rápida para os motivos que ensejaram a deflagração do movimento paredista, estará justificada sua ausência, não podendo haver nenhuma punição pecuniária, podendo ser aplicado o dispositivo do parágrafo único do mesmo art. 45, após o término do movimento.*

A interpretação que Mariza Abreu faz do que diz a lei 8112/90 do Estatuto do Servidor Público é uma forma de ameaça à democracia do país. A greve é assegurada pela Constituição de 1988 como um direito fundamental do trabalhador. Aqui entram tanto funcionários públicos como privados. Ou seja, todos os trabalhadores têm direito à sindicalização (com exceção dos militares).

Além disso, há diferenças essenciais entre *greve* e *falta*. A greve é um ato coletivo de cessação do trabalho. Ela é coletiva e voluntária e busca melhorias de

toda uma categoria, como obtenção de benefícios sociais - condições de trabalho, direitos trabalhistas - e obtenção de benefícios materiais - como aumentos salariais. Já a falta é individual, é a ausência de um indivíduo ao seu local de trabalho por determinado motivo. Não podemos confundir uma greve, que é um ritual, que é decidida coletivamente, registrada e divulgada, com o abandono individual de cargo, faltas por problemas de saúde, gravidez, falecimentos. A greve é um ato que envolve um coletivo em prol da defesa dos trabalhadores.

No entanto, no discurso da Secretária, o efeito de sentido mobilizado para explicar o motivo do corte de ponto é a *greve* entendida como *falta*. Ou seja, é uma palavra pela outra produzindo-se aí um deslizamento de sentido. Ao ouvirmos “*greve*”, na fala de Mariza Abreu, ressoa uma memória discursiva, a retomada de um já-dito que faz ressoar *falta* ao trabalho e, por conseqüência, mobiliza a imagem do trabalhador vagabundo, que não comparece ao trabalho. Trata-se de um deslizamento de sentido que conduz de uma formação discursiva à outra.

Terminada a greve, os professores fazem um calendário para recuperação dos dias parados como uma forma de repor os dias não trabalhados e os conteúdos que deixaram de ser ministrados. Portanto, dizer que não comparecer ao serviço é não cumprir as funções que o cargo impõe pode até servir para faltas não justificadas. Mas, no caso da greve, descontextualiza a luta histórica dos professores por melhores condições de trabalho.

## **2.2 O discurso com ênfase no produto**

No discurso autoritário “*o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece*” (ORLANDI, 2007, p.86). Sendo esse um discurso autoritário, essa será uma relação autoritária, onde o sujeito tenta se colocar como agente único e onde não há disputa de sentidos com o interlocutor. Com isso o locutor não permite que esse interlocutor estabeleça novos sentidos, pois ele apaga o referente (restando apenas o que ele afirma sobre esse referente) e, dessa forma, apaga sua relação com o interlocutor. Pensando em nossa análise, não interessa de qual forma aquela meta traçada pelo Governo será alcançada, quais meios serão utilizados, mas o final, o resultado. Essa é uma maneira de evitar discussões sobre as formas

para se chegar ao produto. Vejamos as seqüências que seguem:

9) *A Secretaria de Educação não impõe métodos de alfabetização, ela pactua com as escolas um ponto de chegada. As escolas são livres para escolher o seu caminho, só não são livres para escolher não alfabetizar.*

10) *Olha, se a gente for discutir demais, não faz nada. Estaríamos em assembléia pública até hoje. (...) Todo mundo sabe que tem que alfabetizar, ou temos que fazer uma assembléia para saber dos professores se devemos ou não alfabetizar?*

11) *Estamos trabalhando com a maior especialista em avaliação externa de aprendizagem, no Rio de Janeiro. Nos dois primeiros anos do ensino fundamental a criança aprende leitura, escrita e matemática. Definido o ponto de chegada, as crianças têm que, no final do primeiro ano, atingir o estágio mínimo de aprendizagem e, no final do segundo, estarem alfabetizadas.*

12) *(as escolas) podem optar por outros métodos, mas se ficarem com um dos três sugeridos terão o apoio do governo do Estado, em material didático e em capacitação. Como funcionários concursados e pagos com os impostos do povo, os professores têm o compromisso de chegar ao final do ano na matriz determinada. Esse é nosso combinado, assim como a gente faz com filho pequeno, como a gente faz com criança.*

13) *Mas as escolas têm conosco um compromisso de atingir a meta traçada pelo governo.*

14) *Elas (escolas) podem escolher uma das três metodologias do projeto, mas têm que chegar ao final do ano com os alunos atingindo as metas determinadas.*

Podemos observar que temos nessas seqüências discursivas uma série de repetições sobre os objetivos do Governo. Em todas elas, encontramos alguma “meta”, “matriz determinada” ou “ponto de chegada” que só será alcançado com a colaboração dos professores. Acontece que os professores referidos por este discurso não estão de acordo com o Governo, pois ao mesmo tempo em que há um acordo, um pacto entre Estado e Escola, existe uma responsabilidade que pertence somente a esses professores, tratados como crianças, conforme veremos adiante. O Estado se exime de culpas, já que somente determina as metas e matrizes. Se elas não forem cumpridas, a falha estará na ineficiência dos “funcionários concursados e pagos com impostos do povo”.

É o que podemos observar na seqüência 12, onde o Governo definiu que os alunos *terão que* estar alfabetizados em dois anos e que os responsáveis por isso são os profissionais pagos com os impostos do povo. O Estado-pai informa aos professores-filhos suas obrigações nas metas traçadas por ele para a educação. É importante ressaltar que o “pacto” proposto pelo Governo aos professores é estabelecido de forma desigual e unilateral, sem negociação. De um lado, está aquele que tem autoridade para mandar (o Governo) e do outro está aquele que só pode obedecer (o professor). Há, então, um Governo soberano que determina o que a Escola e os professores deverão fazer para cumprir os objetivos.

Na maioria dos casos, a Secretária usa o recurso, já citado acima, do senso comum. Nas seqüências 9 e 10, vemos que a alfabetização é uma obrigação óbvia das escolas e dos professores. Sendo assim, já que todos sabem disso, o Governo fica mais do que autorizado a tomar as decisões que lhe cabem, não importando quem concorda e quem não concorda com suas opções e suas determinações.

O que podemos observar neste bloco é que, em diversos trechos, há um retorno a um mesmo dizer: o Governo está do lado da Escola e os professores não estão.

### **2.2.1 Deslizando sentidos: qual é a imagem do professor?**

Na quarta questão colocada por Adverso à Secretária - “*Houve participação dos professores na discussão desse projeto?*” - Mariza Abreu opta por responder com uma condicional, “*Se a gente for discutir demais não faz nada*” (acima, na seqüência 10). Ou seja, a resposta é não, pois “*se a gente for discutir*”, deixa implícito que não houve discussão. Além disso, devemos pensar que há um lugar-comum que diz: “discutir demais não leva a lugar nenhum” ou “quem discute não age”. Dividimos, então, os homens em homens de ação e homens de pensamento. Ou seja: mais uma vez a Secretária de Educação recorre ao senso comum para justificar a falta de diálogo com os professores.

Com tudo isso, há, claramente, a intenção de reverter a pergunta para que a responsabilidade seja atribuída aos que não agem, aos que só querem discutir: os professores. A Secretária de Educação do Estado encaminha a resposta para o



universo da legalidade, que determina que todos têm direito à educação e que não seria necessária uma assembléia pública para perguntar aos professores se eles devem ou não fazer o seu trabalho, alfabetizar seus alunos. Uma assembléia é uma “reunião de pessoas que têm algum interesse em comum, geralmente em grande número, com a finalidade de discutir e deliberar conjuntamente sobre temas determinados” (HOUAISS). Assembléia nos remete à prática histórica de luta dos professores. É em uma assembléia que se entra em greve e é em uma assembléia que dela se sai. No discurso de Mariza Abreu, assembléia tem caráter negativo, pois é uma ação improdutiva para os resultados esperados pelo Governo do Estado.

Mas quem são esses professores cujos interesses são tão diferentes dos do Governo? Para traçar a imagem do professor que é projetada pela Secretária, recortamos três respostas de Mariza Abreu:

*4 - se a gente for discutir demais não faz nada. Estaríamos em assembléia pública até hoje.*

*4' - Todo mundo sabe que tem que alfabetizar, ou temos que fazer uma assembléia para saber dos professores se devemos ou não alfabetizar?*

*5 - Como funcionários concursados e pagos com os impostos do povo, os professores têm o compromisso de chegar ao final do ano na matriz determinada. Esse é nosso combinado, assim como a gente faz com filho pequeno, como a gente faz com criança.*

*6 - a maioria dos professores não está preparada para lidar com essa diversidade. É como se as nossas faculdades ainda formassem professores para trabalhar com alunos daquela classe média que antes freqüentava a escola pública.*

Podemos perceber que, com essas respostas, a Secretária vai construindo a imagem que ela e o Governo têm do professor: pessoas que discutem e não agem, que reclamam para realizar seu próprio trabalho, que são despreparados. Não interessa, para Mariza Abreu, explicar como o Governo se responsabiliza pelos problemas na educação do Estado, e sim o papel dos professores face a esses problemas.

Para pensarmos nas imagens criadas pelos sujeitos, precisamos pensar na noção de estrutura, que vai classificar os saberes existentes em diferentes eixos, ora

verticais ora horizontais. Na dimensão horizontal, temos o que é dito num momento dado, em condições específicas. Esse eixo horizontal seria o intradiscorso, que, como disse Pêcheux, é a atualidade, é da ordem do enunciado dos sujeitos, da formulação de seus discursos. Já na dimensão vertical temos o interdiscorso, que contempla todos os dizeres ditos e esquecidos. Tudo o que pode ser dito está, obrigatoriamente, no encontro entre uma memória e uma atualidade, entre o interdiscorso e o intradiscorso. Assim, reafirmamos que os sujeitos não têm controle sobre o que dizem, pois os efeitos de sentido das suas palavras vão além de suas vontades. Conforme nos diz Orlandi (2007, p.32) *“O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua”*. Então, para compreendermos a relação que se estabelece entre discurso e sujeito e também a relação dos dois com a ideologia, precisamos pensar que existe o repetível, o já-dito.

*nesse ponto de encontro de uma memória (o interdiscorso) com uma atualidade (o intradiscorso) instaura-se o efeito de memória: os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados (Indursky 2003 p.103)*

Assim, a Secretária de Educação trabalha com a repetibilidade e fixação de uma determinada imagem do professor. O efeito de sentido mobilizado por Mariza Abreu traz um professor estereotipado: desatualizado, incompetente, que descarrega suas frustrações na sala de aula.

## SEGUNDO CAPÍTULO

### ENTREVISTADORA VS. ENTREVISTADA: A REVERSIBILIDADE ENTRE INTERLOCUTORES

#### 1. A incompletude

Para falarmos sobre a interação que acontece entre a entrevistada Mariza Abreu e a repórter Maricélia Pinheiro, começamos com a noção de *incompletude*, muito importante para entendermos o que é a linguagem para a Análise do Discurso. Sujeito e sentido acontecem na falta, nos espaços dos dizeres, no entremeio que permite a ação do simbólico. Essa incompletude permitirá que sujeito e sentido não estejam estagnados, fixos e que o sujeito possa fazer deslizar os sentidos. Assim, sempre haverá a possibilidade de um sentido ser outro, dependendo da formação discursiva que afeta o sujeito.

Não devemos imaginar que, pelo fato de que o processo de significação ser aberto, não existem regras. Mesmo havendo abertura, há estabilização e cristalização de sentidos, provenientes da tensão entre paráfrase e polissemia. A partir disso, podemos pensar também que o sujeito não é senhor de si, de suas ações, de suas escolhas. Ele é interpelado, pois, ao produzir seu discurso, está determinado pela língua e pelas condições sócio-históricas que o afetam. Conforme nos diz Orlandi (2006, p.160),

*A linguagem tem como condição a incompletude e seu espaço é intervalar. Intervalar nas duas dimensões: a dos interlocutores e a da seqüência de segmentos. O sentido é intervalar. Não está em um interlocutor, não está no outro: está no espaço discursivo (intervalo) criado (constituído) pelos/nos dois interlocutores. Assim como não está em um segmento, nem em outro, nem na soma de todos os segmentos que constituem um texto determinado.*

Ao mesmo tempo em que existem as faltas, que existem sujeitos inacabados, temos esses espaços completados pela ação da ideologia. Na interação entre interlocutores, conforme nos diz a autora, não há um preenchimento estanque que defina os turnos dos sujeitos. Existe uma simultaneidade que não permite que se defina separadamente o dizer de um e de outro.

## 2. A reversibilidade

A *reversibilidade* é a inversão de turnos de fala que ocorre na interação. Aqui não cabe colocar o locutor em um lugar fixo e o interlocutor em outro, o locutor como aquele que fala e o interlocutor como aquele que escuta. A definição de um depende da definição do outro. Os interlocutores não estão estagnados a priori, mas existem na interação. Conforme nos diz Orlandi (2006 p.239), é na sua relação que interlocutores definem o espaço da discursividade.

A autora propõe a reversibilidade como condição do discurso. Sem a troca simultânea entre os interlocutores, não poderíamos pensar na evolução da interlocução, pois o discurso não aconteceria, não prosseguiria. Cada tipo de discurso vai permitir a reversibilidade de formas diferentes, não havendo harmonia em nenhum deles. O discurso polêmico vai funcionar nas tomadas de palavra enquanto o discurso autoritário vai buscar a reversibilidade zero.

Como estamos trabalhando com um discurso autoritário, vamos atentar para a reversibilidade neste tipo de discurso. Conforme estamos explicando, a reversibilidade no discurso autoritário tende para a anulação, para zero, mas nunca poderá chegar ao nulo, já que isso impediria a realização da interlocução. No discurso autoritário existe, então, pelo menos a ilusão da reversibilidade. Segundo Orlandi (2006, p.240),

*Embora o discurso autoritário seja um discurso em que a reversibilidade tende a zero, quando é zero o discurso se rompe, desfaz-se a relação, o contato, e o domínio (o escopo) do discurso fica comprometido. Daí a necessidade de se manter o desejo de torná-lo reversível. Daí a ilusão. E essa ilusão tem várias formas nas diferentes manifestações do discurso autoritário.*

Além do critério da reversibilidade, há, segundo Orlandi, outro critério importante que seria uma consequência necessária do primeiro e auxiliaria na definição e distinção dos tipos de discurso: a polissemia. No discurso autoritário temos a polissemia contida, quase fixa. Segundo a autora, não é da essência do discurso autoritário a polissemia reprimida; e sim, consiste em uma tendência que o

discurso autoritário vai permitir que se instaure. Orlandi afirma, então, que o discurso autoritário tende para a monossemia e que isso acontece porque os discursos são incompletos e de sentidos intervalares.

Temos, assim, discursos com sentidos que fogem ao domínio do locutor, pois todo discurso é composto de outros discursos e é formado em determinadas condições de produção. Essas condições de produção é que permitem que o discurso aconteça na relação entre as formações discursivas e as ideológicas.

### **3. A assimetria das entrevistas**

A conversação acontece entre sujeitos que procuram estabelecer uma relação. Assim, face a face, dentro de condições de produção tais que envolvem aspectos sócio-históricos dos participantes, há uma disputa entre esses sujeitos, a disputa pela palavra. Isso equivale a dizer que essa interação vai acontecer respondendo a determinados limites impostos pelos próprios sujeitos e também pelas condições econômicas, sociais, históricas que estão envolvidas no processo.

Estamos tratando, neste capítulo, de um aspecto que diz muito sobre a disputa dos sujeitos pelo espaço na interação, a reversibilidade. Mas ficam algumas perguntas: como a reversibilidade poderia acontecer em uma entrevista? Esse tipo de interação (entrevista) não exclui a possibilidade de haver reversibilidade?

Há diferentes formas de interação que seguem uma tendência mais ou menos passível de reversibilidade. Se pensarmos em uma sala de aula, o que veremos, normalmente, é um professor que detém a palavra e alunos que aceitam essa relação. Essa situação, claro, terá relação com o grau de autoritarismo do discurso desse professor. Como já dissemos, o discurso institucional, o discurso do poder não necessariamente vai ser autoritário, pois, se existir o espaço para crítica, haverá polêmica e deslocamento do domínio do dizer. O mesmo acontecerá com os sujeitos da entrevista.

Em uma entrevista, a reversibilidade tende a permitir um grau menor de troca entre os participantes, ou seja, a assimetria é mais comum, visto que um dos participantes tem a responsabilidade de instigar o outro a falar. O sujeito que deve

dominar mais o espaço discursivo é, então, o entrevistado. Mas é importante pensar que em uma entrevista há constantes ajustes entre os participantes e, se um deles não estiver satisfeito com a pergunta feita ou a resposta dada, poderá negar o “pacto”. É o que encontramos no trabalho de Fávero, Andrade & Aquino (1998)<sup>2</sup>. As autoras fizeram uma pesquisa partindo de uma abordagem textual-interativa para discutir a correção na reformulação de ações de participantes de uma atividade interacional. As atividades escolhidas por elas são entrevistas feitas no programa “Roda Viva” com Ciro Gomes e Paulo Maluf e também uma entrevista com Sílvio Luís, no “Programa Juca Kfourí”. As autoras mostram que os participantes corrigem uns aos outros *“como uma estratégia que possibilita a resolução de problemas interacionais que estão sendo criados, promovendo o dinamismo dessa atividade”* (p.102-103). Podemos notar no trabalho de Fávero e Aquino que os embates entre entrevistadores e entrevistados existem e, transportando essa pesquisa para nosso trabalho, seria um índice de reversibilidade, onde entrevistadores tomam a palavra e confrontam os entrevistados.

Pensando nisso, as autoras trazem Kerbrat-Orecchioni (1984), que diz que os discursos funcionam com a constante manutenção de acordos, que acontecem por meio de negociações entre os participantes. Assim, para Goffman, *“a negociação tem sempre origem em um conflito ou divergência e, a partir de uma discussão, busca-se chegar a um acordo”*. (Goffman 1967, apud Fávero e Aquino, 1998 p. 93). Portanto, haverá possibilidade de os sujeitos alterarem os contextos dos espaços discursivos dos quais participam, desde que o discurso de um participante permita a polêmica, o exame, a avaliação do outro.

O discurso autoritário da entrevista analisada tende a não permitir deslocamentos de sentidos e a conter a polêmica. Assim, quando a repórter contrapõe incoerências ou toca em pontos delicados para o Governo do Estado, Mariza Abreu responde com autoritarismo, ora redefinindo sentidos ora ignorando a pergunta. Nesse sentido, podemos apontar que na entrevista em pauta não há espaço para acordo nem para negociação.

---

<sup>2</sup> Vale aqui fazermos uma ressalva. Buscamos as autoras acima citadas pois gostaríamos de compreender melhor os processos de interação em uma entrevista. Mesmo as autoras não se inscrevendo na teoria da Análise do Discurso, percebemos que existem muitos encontros entre o que elas dizem a partir das análises textuais-interativas e a AD. Buscamos, em todos os momentos trabalhados com essas autoras, partir do que elas propuseram, mas repensar e rediscutir de outro lugar teórico, da Análise do Discurso.

Fazendo um paralelo entre as relações entre entrevistadora e entrevistada, de um lado, e entre a Secretária de Educação e os professores, de outro, pode-se antever que esta relação conflituosa tampouco abre espaço para negociação.

### 3.1. Um olhar para a entrevista

Para analisarmos a entrevista sob a perspectiva da reversibilidade, devemos pensar no que faz a interação entre sujeitos ser simétrica ou assimétrica. Segundo Sette & Ribeiro (1984)<sup>3</sup>, fatores externos à linguagem, como classe social, idade, sexo, categoria sócio-profissional, grau de instrução eram considerados pelos estudos pragmáticos da linguagem como definidores da simetria ou assimetria na interação face-a-face. Ou seja, as condições externas dos interlocutores, os papéis e padrões sociais, ditariam a estrutura dialógica da interação.

Conforme nos dizem as autoras, teríamos refletidas nessa estrutura dialógica as diferenças e semelhanças sociais dos interlocutores. Assim, a simetria e assimetria da relação entre locutor e interlocutor estaria imposta a priori, pois as diferenças e semelhanças são estabelecidas a partir de parâmetros da sociedade.

Contrariando essa hipótese inicial, de que a simetria/assimetria deriva da relação de poder existente entre os interlocutores, o que as autoras comprovam é que *“a relação de poder entre os interlocutores nasce da própria dinâmica do processo de interação verbal”* (p.89). Ou seja, a simetria ou assimetria na relação entre os interlocutores vai ser estabelecida no processo de interação, em uma relação que *“virá a ser negociada através da linguagem”* (p.89), podendo ser examinada através dos elementos lingüísticos envolvidos.

As autoras estabelecem um conjunto de marcas lingüísticas que são responsáveis pelas relações simétricas e assimétricas entre os interlocutores. Desse conjunto de critérios, utilizaremos três para avaliar a existência de reversibilidade entre entrevistadora e entrevistada, a saber, a) aceitação do tema central; b) recusa do tema central; c) tipo de pergunta; d) consideração das formas de tratamento e e)

---

<sup>3</sup> Da mesma forma que trabalhamos com Fávero, Andrade & Aquino, trabalhamos com Sette & Ribeiro. Partimos dos lugares de onde as autoras falam, mas trouxemos suas contribuições para a Análise do Discurso. Um exemplo disso é o uso da *assimetria* e da *simetria* das entrevistas (Sette & Ribeiro, 1984) pensadas na AD: o resultado foi o trabalho com a reversibilidade dos discursos.

omissão das formas de tratamento, como veremos a seguir.

### 3.1.1. Tema

Vamos examinar se a resposta da Secretária de Educação corresponde ao que foi perguntado pela repórter, ou seja, se a entrevistada mantém o tema central proposto pela entrevistadora, ou se Mariza Abreu opta por um tema periférico, de interesse próprio.

#### A) Aceitação do tema central - sinal de reversibilidade

A aceitação do tema central aconteceria no momento em que um dos sujeitos aceita o que o outro está propondo e sustenta a interação, respondendo. No caso em análise, não consideramos que no discurso de Mariza Abreu haja reversibilidade, pois na grande maioria das respostas há a recusa do tema central. A Secretária responde brevemente à pergunta (ou não responde) e então aproveita o espaço para reforçar pontos e posições sobre outros temas de seu interesse. A reversibilidade aqui tende a zero. Também atentamos para o retorno ao já-dito, à repetição constante. Essa é uma forma de controle dos sentidos, pois, com o dizer e redizer constante da Secretária sobre os mesmos temas, diminui a possibilidade de outras interpretações para ele. Quando o sujeito diz de formas diferentes o mesmo, ele está tentando fazer com que o interlocutor não tenha espaço para outro sentido senão o dele. Ou seja, Mariza Abreu não responde o que lhe foi perguntado, buscando fixar, a custo da repetição, os sentidos que pretende verdadeiros, produzindo assim um “efeito de verdade”.

Um exemplo disso acontece na última pergunta sobre o projeto de alfabetização do Governo. A repórter questiona sobre a avaliação dos resultados da implantação deste projeto. Mariza Abreu explica que os resultados são positivos, que material estruturado e professores capacitados aumentam as chances de sucesso. Aproveita, então, para dizer que os professores não estão preparados para lidar com a diversidade social das escolas:



**Já é possível fazer uma avaliação dos resultados da implantação do projeto?**

Está para sair o relatório de 2008. O de 2007 mostra que as turmas que aderiram tiveram melhor resultado que as demais. Levantamos algumas hipóteses para isso, mas a continuidade é que vai nos permitir tirar mais conclusões. Sabemos que o fato dos professores receberem capacitação e um material estruturado aumenta as chances de sucesso. Porque efetivamente, trabalhar com turmas diversificadas, formadas por crianças oriundas de setores populares não é tarefa fácil.

E a maioria dos professores não está preparada para lidar com essa diversidade. É como se nossas faculdades ainda formassem professores para trabalhar com alunos daquela classe média que antes freqüentava a escola pública. Então, os professores saem da universidade e levam um choque com a realidade encontrada na escola pública, sem falar na maldita violência nas cidades de médio e grande porte. Existem alguns professores que dão conta sozinhos, sem esse apoio, mas esses representam a exceção da exceção.

**B) recusa do tema central - sinal de não-reversibilidade**

A Secretária de Educação não aceita o tema proposto pela repórter, impedindo novos caminhos para a interlocução. Ao invés de ceder espaço, o que caracterizaria um discurso suscetível à reversibilidade, esse sujeito domina a interlocução não aceitando o tema escolhido pela repórter na pergunta. Quando questionada sobre se alguma escola não havia aderido ao projeto de alfabetização (quinta pergunta), Mariza Abreu não respondeu, dizendo que todas as escolas foram apresentadas ao projeto em 2009. Ela repetiu o que disse em sua segunda resposta, sobre a liberdade das escolas em optar pelos métodos propostos ou não. E explicou que a escola que não aceitar os métodos propostos pelo Governo não terá apoio em material didático e em capacitação:

**Há alguma escola que ainda não aderiu ao projeto de alfabetização da Seduc?**

O projeto foi apresentado a todas as escolas da rede pública do Rio Grande do Sul em 2009. Elas podem escolher uma das três metodologias do projeto, mas têm que chegar ao final do ano com os alunos atingindo as metas determinadas. Podem ainda optar por outros métodos, mas se ficarem com um dos três sugeridos terão o apoio do governo do Estado, em material didático e em capacitação. Como funcionários concursados e pagos com os impostos do povo, os professores têm o compromisso de chegar ao final do ano na matriz determinada. Esse é nosso combinado, assim como a gente faz com filho pequeno, como a gente faz com criança.

Há um sentido mais estreito de liberdade no discurso de Mariza Abreu, já que a liberdade existe não em sentido amplo, mas restrito às paredes das determinações do Estado. A maneira de controlar a liberdade é não liberando a verba para quem não se adequar às determinações do Governo.

Conforme dissemos no início do segundo capítulo, a linguagem, para a Análise do Discurso, é trabalho entre os interlocutores, é produção social que “*se dá sob determinadas condições histórico-sociais e ideológicas*” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p.19). É na linguagem que se constrói a reversibilidade e a não-reversibilidade e é através desses elementos da linguagem que se torna possível dar visibilidade às relações de poder. Mariza Abreu faz forte uso do lugar que ocupa para exercer o poder que dele emana. De modo que as relações de poder são assimétricas e a não-reversibilidade que daí ocorre se reflete nas relações igualmente assimétricas que se constroem pelo viés da linguagem.

### **3.1.2. Tipo de pergunta**

Sette & Ribeiro (1984) também trabalham com o que chamam de tipos de perguntas “abertas” e “fechadas”. As abertas tendem a criar relações simétricas e as fechadas relações assimétricas. Para este trabalho, dividimos as perguntas em: tipo de contraposição e tipo de continuidade.

#### **A) Contraposição - sinal de reversibilidade**

Neste tipo estão classificadas as perguntas da repórter que buscam a reversibilidade. As questões aqui serviriam para tentar quebrar a direção de sentido que as respostas da Secretária estavam imprimindo à entrevista.

É o que podemos perceber na questão “*O corte de ponto dos professores grevistas não destoa do discurso de valorização da educação?*”. A repórter, tentando tomar a palavra, contrapõe o discurso de valorização da educação com o corte de ponto dos professores. Percebemos que existe a busca por tentar quebrar a continuidade do discurso autoritário da Secretária. Em sua resposta, a Secretária

autoriza o corte de ponto apoiada na Constituição, no Supremo Tribunal Federal, na lei e no Estatuto do Servidor Público:

O direito de greve foi estendido aos servidores públicos pela Constituição de 1988. A própria Constituição diz que ele deveria ser regulamentado por lei específica, mas não foi até hoje. O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que, na ausência de regulamentação, deve ser aplicada a mesma lei que rege as greves na iniciativa privada. Neste caso, a lei determina que rompido o contrato de trabalho pela greve, não se trabalha e não se recebe. É assim em qualquer lugar do mundo. Os sindicatos da iniciativa privada têm fundo de greve, porque sabem que durante a paralisação eles têm que sustentar os trabalhadores. No serviço público se criou uma cultura de pagar o tempo parado. Na verdade, nem precisava do decreto da governadora Yeda (para cortar o ponto), bastava cumprir o Estatuto do Servidor Público, onde está dito que quem não comparece ao serviço e não cumpre as funções de seu cargo, não pode assinar ponto e nem receber salário.

Esse excesso de legislação causa um efeito de verdade, dá idéia de legitimidade às ações do Governo para o leitor. A tentativa de quebra na continuidade do discurso da Secretária acontece também em uma afirmação da entrevistadora, que pretendia contrapor a afirmação de Mariza Abreu de que “quem não cumpre as funções de seu cargo, não pode assinar ponto e nem receber salário”. A repórter diz “Mas as aulas perdidas foram recuperadas.” e obtém como resposta o controle de sentidos: “Com relação à recuperação de dias parados, há algo que a sociedade precisa entender”.

Ou seja, mesmo quando o entrevistador busca quebrar a hegemonia de sentidos do discurso da Secretária, este intento é frustrado, pois a entrevistada ao retomar a palavra controla os sentidos e legitima o seu discurso através da lei.

## **B) Continuidade - sinal de não-reversibilidade**

As perguntas nesse caso conservam o tema estipulado pela entrevistada. São as questões formuladas pela repórter que partem do discurso de Mariza Abreu e não contrapõem o que é dito com o que é feito pelo Governo. Este item está diretamente ligado ao de recusa do tema central, ambos não permitindo o estabelecimento da reversibilidade entre entrevistadora e entrevistada. Na medida em que Mariza Abreu recusa o tema central proposto pela repórter, a Secretária dá continuidade ao tema

de seu próprio interesse, prolongando sua fala, retornando ao já dito em respostas anteriores e não permitindo a reversibilidade e deslizamento para outros temas.

Como exemplo, temos uma série: uma pergunta e uma afirmação da repórter sobre a formação dos professores. A entrevistadora usa a resposta anterior, onde Mariza Abreu diz que a maioria dos professores não está preparada para lidar com a diversidade social das escolas, e pergunta se a Secretária quer dizer que os professores não estão preparados para alfabetizar. Não existe quebra, contraposição de idéias, mas um pedido para repetição do já-dito. A resposta de Mariza Abreu é resumida em uma afirmação da repórter: *“A escola não se adaptou aos avanços tecnológicos.”* e a Secretária aproveita para falar da escola e da função social que ela exerce:

**Quer dizer então que as faculdades de Educação não preparam o professor para alfabetizar?**

Não preparam para a educação básica em geral. Mas essa crítica à Universidade não é frontal. Há uma crise geral na Educação. O grande problema é que o mundo desenvolvido havia construído uma educação básica de qualidade a partir da segunda revolução industrial. O Brasil não. No último quarto do século 20, surgiu uma crise entre a sociedade da indústria e a sociedade do conhecimento. Então, aquela escola onde estão todos enfileirados, olhando a nuca do coleguinha, copiando do quadro negro, é a escola que prepara para o mundo retratado no filme “Tempos Modernos”, do Chaplin. Até o início dos anos 60, só havia o rádio como meio de comunicação - a televisão chegava aos poucos - e a escola centralizava as informações. Esse era o mundo antes da televisão, do computador, da internet, do telefone celular.

**A escola não se adaptou aos avanços tecnológicos.**

A função social da escola era outra, o mundo de produção era outro. E a escola, como toda grande estrutura, demora a se adaptar às novas exigências da sociedade. Isso aconteceu no mundo desenvolvido. O recente filme francês “Entre os muros da escola” mostra o mesmo drama que vivemos por aqui: a inadequação da escola à juventude, ao mundo da globalização. Claro que em uma escola da França, dos Estados Unidos ou da Inglaterra, eles vivem outro drama relacionado ao multiculturalismo. Só que o Brasil tem o agravante de não ter universalizado uma escola de qualidade na segunda revolução industrial e agora passa pela inadequação da mesma à terceira revolução industrial. Então, nós temos os dois dramas: o do Mundo Desenvolvido e o do Terceiro Mundo. E a Universidade está refletindo sobre isso.

A entrevistada ficou solta, pois a afirmação da repórter mantém o sentido da resposta da Secretária. Há uma continuidade, a manutenção do tema periférico proposto por Mariza Abreu, o que impede a reversibilidade. Acreditamos que a entrevistadora poderia ter usado perguntas que se ajustariam mais à contraposição,

como por exemplo, perguntado sobre quais as responsabilidades do Governo nessa preparação precária dos professores ou se a diversidade social das escolas é que se configuraria em um problema (e se um nivelamento social acabaria com o problema). Essas seriam perguntas de contraposição e, portanto, caracterizariam a reversibilidade.

### 3.1.3. Formas de tratamento

Ainda em Sette & Ribeiro (1984), a maneira como um sujeito trata o outro na interlocução é um sinal de assimetria ou simetria onde os sujeitos se mostrarão como diferentes ou iguais.

#### A) Consideração das formas de tratamento - sinal de reversibilidade

Em um único momento a repórter tenta estabelecer uma relação mais pessoal com a entrevistada. Acontece na pergunta: “*O método fônico foi utilizado na ditadura militar. A senhora espera críticas?*”. A resposta não nos mostra que há consideração recíproca, pois a repórter reconhece Mariza Abreu como sujeito (quando a chama de “senhora”) e como Secretária de Educação, mas Mariza Abreu mantém a relação assimétrica, assegurando a omissão das formas de tratamento e não permitindo a reversibilidade.

#### B) Omissão das formas de tratamento - sinal de não-reversibilidade

Segundo as autoras, “*a ausência de formas de tratamento normalmente leva à despersonalização do interlocutor*” (p.97). Ou seja, neste item um dos interlocutores, aquele que não domina a interlocução, não é considerado um sujeito, mas simplesmente “*um mediador da ação instaurada*” (p.94).

Como exemplo dessa omissão, consideramos o fato de que, em nenhum momento da entrevista, a Secretária fez qualquer tipo de menção à jornalista. Não

há nenhuma marca de consideração do outro, daquele que pergunta nas respostas de Mariza Abreu.

Percebemos, através desses itens, que não temos na entrevista analisada uma efetiva troca de papéis, tendo um sujeito que impede a troca de lugares na interlocução. Isso confirma, conforme já dissemos neste trabalho, que se trata de um sujeito que se constitui enquanto tal no discurso autoritário.

Portanto, além da incompletude dos sujeitos e dos sentidos e da ilusão de reversibilidade, há uma diferença, uma desigualdade fundamental entre a entrevistadora e a entrevistada. Existe um “*valor hierárquico*” (ORLANDI 2006, p.243), onde este locutor, a Secretária de Educação do Estado, domina a relação que a entrevistadora da revista *Adverso* tenta estabelecer. Mariza Abreu recusa o tema central proposto na entrevista e simula responder às perguntas a partir dos temas periféricos que introduz à guisa de resposta, não abrindo espaço às contraposições marcadas pela repórter. Mesmo quando a repórter tenta tornar-se locutor do discurso, Mariza Abreu abafa a voz desse outro sujeito. Como consequência dessa não-consideração do outro, temos a falta das formas de tratamento: a Secretária de Educação não reconhece em Maricélia Pinheiro um interlocutor. E, se não há reconhecimento do outro como interlocutor, não há interlocução. De fato, há, nessa entrevista, em lugar de interação, dois discursos que correm paralelamente e praticamente sem trocas, marcando uma tendência forte à monofonia. (procurar Mang. Intercompreensão – falam de coisas diversas, não se tocam: reforça monofonia) – Novas tendências em anáise do discurso (antes da metade do livro – a noção)

Para entendermos o que é a monofonia é importante pensarmos no que é o silêncio. Orlandi (1989) explica que o silêncio *significa* e, portanto, não é transparente. A autora nos diz que o silêncio “*tem sua espessura e instaura processos significativos complexos*” (idem, p.39). A partir disso, a autora faz uma distinção teórica entre o silêncio fundador e a política do silêncio. O silêncio fundador é aquele constitutivo, pois “*sem silêncio não há significação*” (idem, p.40). O que encontramos no discurso da Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul é o segundo tipo, o da política do silêncio: “*o silenciamento (política do silêncio) que é a prática de processos de significação pelos quais ao dizer algo apagamos outros sentidos possíveis mas indesejáveis em uma situação discursiva dada*” (idem,

p.40).

Além do *silenciamento*, podemos pensar nas diferenças e características da interlocução enunciativa e da interlocução discursiva. Segundo Indursky (1997), a *interlocução enunciativa* ocorre num tempo e num espaço definidos, em uma situação específica e com interlocutores claramente determinados. Já a *interlocução discursiva* consiste, segundo a autora (idem, p.139), “na *interlocução entre sujeitos de discursos dispersos em espaços discursivos diferentes, afetados possivelmente por FD igualmente diversas*”. A autora mostra, na interlocução discursiva, que o sujeito do discurso manifesta-se por meio da materialidade discursiva sob diferentes configurações, não somente fragmentado, mas também disperso. Com tais características, “o *sujeito do discurso toma o interlocutor identificado na cena enunciativa como mediador para interpelar o outro que se institui como seu destinatário na cena discursiva*” (idem, p.140). O sujeito do discurso interpela o destinatário de maneira indireta porque esse destinatário está ausente na cena enunciativa.

O “*mediador*” é uma função que, segundo Orlandi (1989), constitui-se como decisiva na composição das “*relações de poder do dizer*” (idem, p.41). O mediador faz um deslocamento da crítica ou do produto do trabalho para o julgamento do sujeito. Essa mediação é fundamental para a fixação de sentidos, para a organização das relações e para o regulamento dos conflitos de sentidos.

O que vimos em nossas análises foi a Secretária de Educação Mariza Abreu como uma posição sujeito inscrita numa FD a partir da qual expressa as propostas educacionais do governo e enquanto tal, assume a posição de locutor. Do outro lado, temos a entrevistadora, inscrita em uma outra FD, e que, nessa entrevista, funciona como uma mediadora daquelas propostas formuladas por Mariza Abreu. Mediação essa que oscila entre a sociedade e os professores.

Para Mariza Abreu o professor é incapaz de discutir por não ser suficientemente qualificado. Pela mesma razão também impõe o silêncio aos professores, já que impede a discordância com seus pontos de vista e com os sentidos que apresenta como verdadeiros. De antemão, os professores devem acatar as decisões porque não são sérios o suficiente para discutirem o seu próprio trabalho.

A monofonia é, portanto, o resultado da homogeneização das vozes sociais, vozes que estão articuladas entre “o silenciamento e a injunção ao dizer” (idem, p.44). A monofonia é “*posta em prática por mediadores que distribuem socialmente os sentidos*” (idem, p.44), produzindo um “efeito de verdade” que se apresenta como verdade indiscutível.



## CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como centro de interesse o estudo do discurso do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do discurso da então Secretária de Educação, Mariza Abreu. Durante a execução deste trabalho, encontramos características muito marcantes de um discurso autoritário e, a partir disso, trabalhamos com a tipologia dos discursos, de Eni Orlandi.

Ao investigar as propriedades do discurso autoritário, nos deparamos com o apagamento do referente do discurso. Não conhecemos, através da entrevista, os projetos para a educação, mas as imagens que o Governo faz deles. E o resultado obtido por esse discurso autoritário é um jogo com as vozes que formam um senso comum. Além disso, as autoridades (como a lei, como os diferentes governos, como os especialistas) evocadas por esse locutor, Mariza Abreu, vão administrar a produção de sentidos e determinar os dizeres e os silenciamentos. Temos, então, a tentativa de imposição de um sentido que se apresenta como o verdadeiro, aquele que o sujeito do discurso, o Governo, defende. Segundo Lagazzi (1988), o poder toma para si atributos como justiça, moral, religião e outros valores culturais para poder se exercer. Ou seja, sem a legitimação o Governo não poderia evitar conflitos nas relações que estabelece. Quando o poder atribui direitos e deveres, ele legitima a coerção e traz uma *“ordem simbólica para o cotidiano das relações interpessoais”* (idem, p.39). O sujeito desse discurso contém os sentidos e com isso contém possíveis conflitos.

O discurso autoritário do Governo do Estado se mostrou também inclinado somente para os resultados. Essa é uma tentativa de se mostrar forte e, principalmente, objetivo, um Governo que funciona como centro do poder. O governo centralizador e autoritário *“mantém uma relação coercitiva com seus cidadãos e cobra de cada indivíduo sua responsabilidade perante seus atos”* (idem, p.17). A responsabilidade dos professores, para esse Governo, é cumprir seus papéis de servidores públicos contratados pelo Governo e não de discutidores das políticas públicas de educação.

Outra marca do discurso autoritário que estudamos é a falta de reversibilidade. Para analisar a reversibilidade usamos um conjunto de critérios: tema, tipo de

pergunta e formas de tratamento. Essas marcas revelaram que não há uma efetiva troca de papéis, uma inversão de interlocutores na entrevista. Existe um sujeito que, através da figura do locutor, se marca pelo discurso autoritário, tendendo a não permitir deslocamentos de sentidos e contendo a polêmica. Assim, nas poucas vezes em que a entrevistadora consegue contrapor incoerências ou tocar em pontos delicados para o Governo, Mariza Abreu responde de seu lugar, sua posição sujeito e por essa razão redefine sentidos e ignora perguntas

Esse discurso se mostrou, portanto, um discurso monofônico que exclui os professores ao mesmo tempo em que legitima as ações da Secretaria. O locutor desse discurso vai acionar valores que vão agir sob a forma de um discurso de verdades, atingindo, através do mediador, os destinatários. Estes são interpelados não somente por uma voz que quer informar à opinião pública o que vem sendo feito pelo governo - no caso do destinatário “sociedade” - mas por uma voz que faz ameaças e cobra resultados - no caso do destinatário “professor”.

Por último, conforme dissemos em nossa introdução, procuramos mostrar a tensão entre a polissemia e a paráfrase presentes no discurso da Secretária. Encontramos um sujeito que procura não ceder à *“emergência do diferente e da multiplicidade de sentidos no discurso”* (LEANDRO FERREIRA, 2001, p.20) e produz, pela legitimação do seu dizer, o repetível.

## BIBLIOGRAFIA

ADVERSO n° 165. Entrevista da Secretária de Educação Mariza Abreu à entrevistadora Maricélia Pinheiro. Abril de 2009 (p. 6-9).

CAZARIN, Ercília Ana. *A leitura: uma prática discursiva*. In.: Linguagem em (Dis)curso vol. 6 n° 2, pág. 299-313, Tubarão, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes, ANDRADE, Maria Lúcia de C. V. de O. & AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira. *Discurso e interação: a reformulação nas entrevistas*. In.: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, vol. 14, n° especial, pág. 91-103, São Paulo, PUC SP e ABRALIN, 1998.

GRANTHAM, Marilei R. *O discurso fabular e sua repetição através dos tempos na reiteração do mesmo, a presença do diferente*. Porto Alegre - RS, UFRGS, 1996. Dissertação de Mestrado.

HOUAISS (dicionário eletrônico). Versão 2.0a. Produzido e distribuído por Editora Objetiva LTDA. Abril de 2007.

INDURSKY, Freda. *Lula lá: estrutura e acontecimento*. In.: Revista Organon n°35, pág. 101-121, Porto Alegre, UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

JORGE, Carlos Augusto. *A greve do servidor público federal*. Revista Jus Vigilantibus, 6 de abril de 2004. Pesquisa via internet dia 20/08/2009 na página <http://jusvi.com/artigos/1732>

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes 1988.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre - RS, UFRGS, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 7ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. *Silêncio e implícito (produzindo a monofonia)*. In: Guimarães, Eduardo (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2006.

SETTE, Neide M. Durães & RIBEIRO, M. Sophie Guieu C. T. *Interação face-a-face: simetria/assimetria*. In.: *Cadernos de Estudos Linguísticos* n° 7, pág. 87-105, São Paulo, Unicamp, 1984.